



EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES  
SCS Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre C, 1º ao 3º andares - Bairro Asa Sul  
Brasília-DF, CEP 70308-200  
- http://www.ebserh.gov.br

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23477.012283/2025-06

#### Termo de Referência

#### 1. APRESENTAÇÃO

1.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) é uma empresa pública de direito privado, criada pela Lei Federal nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011 com estatuto social aprovado pelo Decreto nº 7.661, de 28 de dezembro de 2011.

1.2. A Ebserh tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária.

1.3. As atividades de prestação de serviços de assistência à saúde estão inseridas integral e exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). No desenvolvimento de suas atividades de assistência à saúde, a Ebserh observará as diretrizes e políticas estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

1.4. A Ebserh tem como missão aprimorar a gestão dos Hospitais Universitários Federais - HUF e congêneres, prestar atenção à saúde de excelência e fornecer um cenário de prática adequado ao ensino e pesquisa para docentes e discentes.

1.5. Atualmente a Ebserh está sediada em Brasília e é responsável pela gestão de 45 Hospitais Universitários Federais, em que suas respectivas universidades optaram por assinar contrato com a estatal.

#### 2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. O objeto desta licitação é a **Contratação de serviços contínuos de telefonia móvel pessoal de dados e voz (SMP) e gerenciamento de dispositivos móveis (MDM), e opção de aparelhos telefônicos móveis em comodato**, a fim de atender as necessidades da Rede Ebserh, que compreende os Hospitais Universitários e a Administração Central, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento seus anexos.

#### 2.2. SERVIÇOS PREVISTOS

Tabela 01 - Itens de serviços previstos de telefonia móvel

GRUPO	SERVIÇO	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
1	1	26387	Assinatura mensal de linha de voz com franquia mínima de 20GB DE DADOS (fornecidos apenas os chips telefônicos para uso em aparelho particular)	Assinatura Mensal/por linha telefônica
	2	26387	Assinatura mensal de linha de voz com franquia mínima de 50GB DE DADOS (fornecidos apenas os chips telefônicos para uso em aparelho particular)	Assinatura Mensal/por linha telefônica
	3	26387	Assinatura mensal de linha de voz com franquia mínima de 20GB DE DADOS e fornecimento de SMARTPHONE OPERACIONAL em comodato (fornecido chip telefônico e aparelho celular. Este item será p/ chefes de setores/unidades/divisão, entre outros)	Assinatura Mensal/por linha telefônica
	4	26387	Assinatura mensal de linha de voz com franquia mínima de 50GB DE DADOS e fornecimento de SMARTPHONE GERENCIAL em comodato (fornecido chip telefônico e aparelho celular. Este item será somente p/ os gerentes e superintendente dos HUFs)	Assinatura Mensal/por linha telefônica
	5	27855	Serviço diária de roaming internacional de dados - com no mínimo 500 MB de franquia	Dia de uso

#### 2.3. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

2.3.1. O dimensionamento de quantidades foi realizado junto aos Hospitais Universitários da Rede Ebserh por meio da Intenção de Registro de Preços nº 96/2025, visando subsidiar os Estudos Técnicos Preliminares desta contratação, a fundamentação da demanda encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

2.3.2. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) possui previsão de expansão para aproximadamente 60 unidades hospitalares nos próximos cinco anos. Nesse contexto, a presente contratação contemplará Reserva Técnica para todos os itens licitados, com o objetivo de possibilitar o atendimento das demandas adicionais dos hospitais que integram a Rede, quando necessário, inclusive daqueles que se encontram em processo de transição de gestão.

2.3.3. A Reserva Técnica corresponderá a 30% do quantitativo inicialmente estimado para a contratação, de modo a conferir flexibilidade ao atendimento das demandas da Ebserh, considerando a existência de mais de 45 filiais atualmente vinculadas à Rede.

2.3.4. Tal previsão também se justifica pelo processo de expansão institucional da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que inclui a incorporação de novos hospitais universitários, conforme Protocolos de Intenções firmados com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), cujas inaugurações estão previstas a partir de 2026/2027.

Tabela 02 - Quantitativo estimado para a contratação

GRUPO	SERVIÇO	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL P/ PARTICIPANTES (HOSPITAIS E ADM. CENTRAL)	QUANTIDADE PARA GERENCIADOR (ADMINISTRAÇÃO CENTRAL) Reserva Técnica Sede (30%)	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL (MENSAL X 12)	QUANTIDADE TOTAL DO CONTRATO (MENSAL X 30)
1	1	26387	Assinatura mensal de linha de voz com franquia mínima de 20GB DE DADOS (fornecidos apenas os chips telefônicos para uso em aparelho particular)	Assinatura por linha telefônica	170	51	221	2.652	6.630
	2	26387	Assinatura mensal de linha de voz com franquia mínima de 50GB DE DADOS fornecidos apenas os chips telefônicos para uso em aparelho particular)	Assinatura por linha telefônica	129	39	168	2.016	5.040
	3	26387	Assinatura mensal de linha de voz com franquia mínima de	Assinatura por linha	1.658	497	2.155	25.860	64.650

GRUPO	SERVIÇO	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL P/ PARTICIPANTES (HOSPITAIS E ADM. CENTRAL)	QUANTIDADE PARA GERENCIADOR (ADMINISTRAÇÃO CENTRAL) Reserva Técnica Sede (30%)	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL (MENSAL X 12)	QUANTIDADE TOTAL DO CONTRATO (MENSAL X 30)
			20GB DE DADOS e fornecimento de SMARTPHONE OPERACIONAL em comodato (fornecido chip telefônico e aparelho celular. Este item será p/ chefes de setores/unidades/divisão, entre outros)	telefônica					
	4	26387	Assinatura mensal de linha de voz com franquia mínima de 50GB DE DADOS e fornecimento de SMARTPHONE GERENCIAL em comodato (fornecido chip telefônico e aparelho celular. Este item será somente p/ os gerentes e superintendente dos HUFs)	Assinatura por linha telefônica	171	51	222	2.664	6.660
	5	27855	Serviço diária de roaming internacional de dados - com no mínimo 500 MB de franquia	Diária	27	-	27	324	810

- 2.3.5. Informa-se que a estimativa constante da Tabela 02, trata-se de previsão real de consumo pelas unidades participantes, tendo como base manifestações nos processos antes elencados.
- 2.3.5.1. Caso a unidade CONTRATANTE demande quantidade inferior às previstas na Tabela 02, deverá ser respeitada minimamente a proporcionalidade direta em relação ao número de equipamentos, conforme **Anexo I - Lista de Quantidade por HUF (SEI nº 58298941)**.
- 2.3.5.2. Cada unidade participante deste certame, firmará seu contrato com a empresa vencedora, com exceção das unidades CHU-UFPA e do CH-UFC, que, por se tratar de complexos com UASG única, irão assinar um único contrato por complexo.
- 2.3.5.3. A quantidade de linhas e aparelhos telefônicos a serem fornecidos encontram-se detalhados por localidade no **Anexo I - Lista de Quantidade por HUF (SEI nº 58298941)**.
- 2.3.5.4. Informamos que as UASGS cujos itens estejam com valores de 1 (um) é para possibilitar futuros remanejamentos dos itens entre os hospitais da rede Ebserh.
- 2.3.5.5. Para estimar o quantitativo do item 5, foi realizado levantamento do uso do serviço de diárias internacionais nos últimos 3 (três) anos. Adicionalmente, foi previsto um item para cada hospital da Rede, a fim de possibilitar atendimento em eventuais necessidades. O detalhamento desse levantamento encontra-se em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexos a este Termo de Referência.

3. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO**
- 3.1. **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO**
- 3.1.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh foi criada por meio da Lei n. 12.550, de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC. Tem como finalidade prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão às instituições públicas federais de ensino e instituições congêneres, contribuindo para a formação de profissionais no campo da saúde pública.
- 3.1.2. A Ebserh é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral, estando exclusivamente inserida no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- 3.1.3. A Ebserh é responsável pela gestão da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros. Sua rede de atuação inclui a Administração Central da empresa e 45 Hospitais Universitários Federais (HUF), apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.
- 3.1.4. Os hospitais da Rede Ebserh atuam como centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde (SUS), desempenhando um papel importante na sociedade. Como são vinculados a universidades federais, esses hospitais possuem características específicas: além de atenderem prioritariamente pelo SUS, também contribuem para a formação de profissionais e o desenvolvimento de pesquisas na área da saúde.
- 3.1.5. A perspectiva do Serviço de Telefonia Móvel envolve a contratação de uma empresa para fornecer serviços contínuos relacionados às atividades-meio (*telefonia móvel*), permitindo que a Ebserh se concentre em suas atividades-fim. Assim, a contratação pretendida com este processo deve atender às necessidades de **telefonia móvel** das unidades participantes.
- 3.1.6. O conceito de **telefonia móvel**, modelo de solução pretendida, remete à contratação de empresa para fornecimento de serviços contínuos relacionados às atividades meio (comunicação móvel através de rede telefônica), permitindo assim, que a Ebserh se dedique às suas atividades fim. Deste modo, a contratação pretendida com este processo deve atender das unidades participantes quanto a necessidade do *serviço de telefonia corporativa*.
- 3.1.7. Esta contratação ocupa um papel de destaque dentro do complexo sistema de compras da Rede Ebserh, uma vez que são serviços imprescindíveis para:

a) Contribuir com a estratégia de saúde digital para o SUS;

b) Promover inovação e transformação digital na Rede Ebserh;

c) Garantir melhor rendimento e eficiência na realização das atividades;

d) Garantir condições tecnológicas necessárias para que os HUF prestem atendimento hospitalar com qualidade aos usuários finais;

e) Melhorar o padrão de atendimento aos usuários desses recursos, o que permitirá maior eficiência e controle nas atividades dos colaboradores que dependam de telefonia móvel;

f) Prover à Rede Ebserh serviços adequados às suas necessidades, em número e recursos, imprescindível para que se realize gestões no sentido de garantir a continuidade dos serviços administrativos, assistenciais e de ensino e pesquisa das suas unidades.
- 3.1.8. Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns, vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, e são especificados neste Termo de Referência (TR).
- 3.1.9. Os serviços são enquadrados como contínuos, tendo em vista sua essencialidade à execução das tarefas cotidianas executas no âmbito da Rede Ebserh, necessários ao apoio operacional no desempenho das atividades institucionais das unidades, especialmente comunicação telefônica nas áreas assistenciais e para instrução de processos administrativos. Não podem sofrer descontinuidade sob pena de causar prejuízos relevantes ao desempenho das atividades dos órgãos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando o Estudo Técnico Preliminar (ETP) acostado aos autos.
- 3.1.10. Ainda, informa-se que na descrição do objeto foram tomadas as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais para a contratação, evitando detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.
- 3.1.11. A Contratação do objeto deste Termo de Referência encontra amparo legal no **Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**.
- 3.1.12. A solução identificada para atendimento do objeto foi a adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, com base no Artigo 3º do Decreto nº 11.462/23:

I - *quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*

II - *quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*

III - *quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas.*
- 3.1.13. A presente contratação visa atender os HUF que atualmente compõem a Rede Ebserh bem como aqueles que vierem a ingressar com protocolo de intenções ou contrato especial de gestão firmados.

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**
- 4.1. **BENS E SERVIÇOS QUE COMPÕEM A SOLUÇÃO**
- 4.1.1. A solução de Telefonia móvel desejada será composta por:

4.1.1.1. Chip telefônico, seja na modalidade física (SIM) ou virtual (E-SIM);

4.1.1.2. Aparelho telefônico na modalidade de comodato;

4.1.1.3. Pacote de dados e ligação telefônica ilimitada (local/longa distância e fixo/móvel);

4.1.1.4. Portal web para administração do serviço;

4.1.1.5. Possibilidade de roaming internacional de dados;
- 4.1.2. Havendo divergência entre o descritivo do Termo de Referência e o descritivo do CATSER, prevalece o descritivo apresentado neste Termo de Referência e seus anexos.
- 4.2. **PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO**
- 4.2.1. A adoção de AGRUPAMENTO DOS ITENS justifica-se pela similaridade dos serviços, que são fornecidos por empresa do mesmo ramo de atividade, facilitando a fiscalização do acordo a ser celebrado, e gerando uma economia de escala acarretada pelo agrupamento, promovendo maior eficiência ao procedimento, conforme justificativa abaixo detalhada:

4.2.1.1. A solução de *Telefonia Móvel* é composta por um conjunto de componentes que se inter-relacionam para produzir os resultados esperados para a contratação. A separação destes componentes compromete o conjunto da solução, logo optou-se pelo não parcelamento do objeto.

4.2.1.2. O parcelamento, tecnicamente, não vantajoso para a administração, pois a solução é a implantação de um serviço de Telefonia Móvel no qual as partes estão interligadas por softwares. A utilização de sistemas distintos certamente causaria dificuldades na manutenção da disponibilidade do serviço, além de dificuldade na gestão do contrato.

4.2.1.3. A contratação está orientada pela [Instrução Normativa nº 5 SGD/ME](#), que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.2.1.4. Apesar do certame ser centralizado, cada unidade hospitalar, como participante na origem da licitação, deverá assinar seu próprio contrato e realizar sua gestão, de forma que as rotinas de fiscalização se deem de maneira presencial e sejam mais efetivas.
- 4.3. **PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP**
- 4.3.1. Não serão destinadas cotas exclusivas para microempresas ou empresas de pequeno porte (ME e EPP) para os itens cotados neste processo, devido à possibilidade de ocorrência de preços superiores ao valor estabelecido como referência para contratação e/ou não participação, de no mínimo, 3 (três) fornecedores competitivos, conforme levantamento feito no Estudo Técnico Preliminar.

4.3.2. Ademais não é tecnicamente vantajoso para a administração dividir o objeto da contratação em grupos distintos. A divisão em mais de um grupo trará prejuízo para a administração, pois a solução é a implantação de um serviço de Telefonia Móvel no qual as partes estão interligadas por softwares. A utilização de sistemas distintos certamente causaria dificuldades na manutenção da disponibilidade do serviço, além de dificuldade na gestão do contrato.

4.3.3. De acordo com esta análise, e levando em consideração à complexidade do objeto solicitado e tendo em vista, além de outras demandas, o acesso e tratamento de informações estratégicas da instituição, sendo necessário a gestão e execução dos serviços de forma centralizada, concluiu-se que o risco da licitação lograr deserta ou fracassada pode causar um prejuízo incalculável para a instituição uma vez que a falta do serviço impacta diretamente na prestação dos serviços executados pela Ebserh.

4.3.4. Conclui-se que a destinação de cotas exclusivas para ME/EPP representa alto risco de prejuízo ao conjunto desse objeto a ser contratado. Portanto, com o objetivo de incrementar a probabilidade de sucesso do Pregão Eletrônico para a **Contratação de serviços contínuos de telefonia móvel pessoal de dados e voz (SMP) e gerenciamento de dispositivos móveis (MDM), e opção de aparelhos telefônicos móveis em comodato, para os hospitais universitários federais, sob gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh**, deverá ser aberto para ampla disputa baseado no pressuposto do Inciso II do Artigo n° 10 do DECRETO N° 8.538/2015:

*“Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:*

*II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;”*

4.3.5. Apesar do acima exposto, as empresas classificadas como ME/EPP poderão participar do processo licitatório na modalidade de ampla concorrência. O próprio portal governamental (COMPRASNET) seleciona tais propostas, possibilitando ao Agente de Licitação convocá-las para baixarem seus preços, se for o caso, ou ainda apreciar a participação.

#### 4.4. DA EXECUÇÃO INDIRETA

4.4.1. No caso concreto não se aplica os dispositivos do Decreto n. 9.507/18 que trata da execução indireta mediante contratação de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, uma vez que a prestação de serviços objeto da contratação não demanda a utilização de profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos e Salários da Ebserh.

#### 4.5. DA ASSINATURA DE LINHA E VOZ

4.5.1. A assinatura de linha de voz, deverá permitir :

4.5.1.1. ligações locais (VC1) e LDN (VC2 e VC3)\* ilimitadas;

4.5.1.2. envio de SMSs (limitados a 2.000 por mês);

4.5.1.3. roaming nacional ilimitado com cobertura em todo território nacional;

4.5.1.4. acesso à caixa postal/ secretária eletrônica ilimitado;

4.5.1.5. uso ilimitado do aplicativo Whatsapp, e

4.5.1.6. serviço de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM).

4.5.2. Os serviços de dados deverão apresentar cobertura PRÓPRIA em todo território nacional com a tecnologia adequada conforme resoluções de cobertura da ANATEL sobre o assunto.

4.5.3. Os chips deverão ser fornecidos com SIM CARD de triplo corte;

4.5.4. O serviço de Gerenciamento de dados móveis (MDM) e os dispositivos em comodato deverão atender plenamente as funcionalidades contidas nas especificações técnicas presentes neste Termo de Referência.

4.5.5. Quanto à área de Cobertura, o licitante deverá possuir, obrigatoriamente, uma cobertura própria (não será aceita cobertura através de parceria ou convênio com outras operadoras) de no mínimo 90% (noventa pontos percentuais) da área total urbana de cada um dos municípios licitados. Tal medida visa assegurar controle direto da infraestrutura, padronização técnica e responsabilidade integral da contratada pela qualidade e continuidade do serviço. Tal medida reduz riscos de indisponibilidade, limitações operacionais e conflitos de responsabilização decorrentes de dependência de terceiros, garantindo níveis de desempenho compatíveis com os parâmetros regulatórios e de qualidade estabelecidos pela ANATEL, em atendimento ao interesse público e à adequada execução contratual.

4.5.6. Quanto à área de Mobilidade, a operadora deverá oferecer total Mobilidade, isto é, cobertura nacional. Não será permitida a cobrança de Adicional e/ou Deslocamento por Chamadas Efetuadas e/ou Recebidas dentro da área de cobertura do licitante vencedor

#### 4.6. DOS TIPOS DE APARELHOS TELEFÔNICOS

4.6.1. O Contratado está obrigado a fornecer comprovação de que os aparelhos foram lançados no máximo a 12 (doze) meses da publicação deste pregão, podendo ser por meio de declaração do fabricante ou documento informativo, contendo o ano de lançamento, e assinado pelo fabricante.

4.6.2. Todos os equipamentos fornecidos à CONTRATANTE deverão ser novos e de primeiro uso, com garantia do fornecedor ou fabricante que perdure ao menos até a data de expiração do contrato.

#### 4.6.3. Celulares Operacionais

4.6.3.1. Aparelho Smartphone novo com sistema operacional atualizado e compatível com serviço MDM oferecido;

4.6.3.2. Suporte a Chip SIM;

4.6.3.3. Rede GSM QuadriBand (850/900/1800/1900 MHz) ou superior;

4.6.3.4. Rede de dados 4G/5G nos padrões autorizados pela ANATEL;

4.6.3.5. Processador de no mínimo 6 núcleos (Hexa-core) com velocidade mínima de 1.7 GHz;

4.6.3.6. Memória interna física mínima de 128 GB;

4.6.3.7. Memória RAM física mínima de 8 GB;

4.6.3.8. Tamanho de tela mínima de 6,4 Polegadas na diagonal com resolução Full HD;

4.6.3.9. Bateria com capacidade mínima de 5.000 mAh;

4.6.3.10. Tela com touchscreen capacitivo e multitouch;

4.6.3.11. Câmera traseira com no mínimo 50 Megapixels e câmera frontal com no mínimo 2 Megapixels;

4.6.3.12. Conectividade: LTE 4G ou superior, Wi-fi (802.11 b/g/n/ac), roteador wi-fi, Bluetooth 5.0 ou superior, conexão com pc via USB;

4.6.3.13. Sensor de GPS e de auto-rotação de tela;

4.6.3.14. Acessórios: carregador bivolt, cabo USB, extrator de chip (quando aplicável), manual de instruções de uso do aparelho em português (impresso em papel ou online);

4.6.3.15. Funcionalidades: Vibração, Viva voz, Conferência, Registro de chamadas discadas/recebidas/não atendidas, bloqueio do uso de dados, modo avião, Chamada em Espera;

4.6.3.16. Browser com suporte a html/HTML5, Envio de SMS, Predição de texto, calculadora, agenda de compromissos, calendário, alarme/despertador, Proteção de Tela e Acesso ao celular por senha;

4.6.3.17. Suporte a conta de e-mail, permitir a visualização de documentos (tipo doc, xls, pdf);

4.6.3.18. Permitir a localização do celular para o caso de perda ou roubo, quando disponível pelo sistema operacional;

4.6.3.19. Cores predominantes dos aparelhos: preto, prata, cinza escuro ou azul escuro. Não serão aceitos aparelhos em outras cores predominantes.

#### 4.6.4. Celular Gerencial

4.6.4.1. Aparelho Smartphone novo com sistema operacional atualizado e compatível com serviço MDM oferecido;

4.6.4.2. Suporte a Chip SIM;

4.6.4.3. Rede GSM QuadriBand (850/900/1800/1900 MHz) ou superior;

4.6.4.4. Dual Chip ou compatível para o uso de duas linhas no mesmo aparelho;

4.6.4.5. Rede de dados 4G/5G nos padrões autorizados pela ANATEL;

4.6.4.6. Processador de no mínimo 8 núcleos (Octa-core) com velocidade mínima de 2.0 GHz;

4.6.4.7. Memória interna física mínima de 128 GB;

4.6.4.8. Memória RAM física mínima de 12 GB;

4.6.4.9. Tamanho de tela mínima de 6,4 Polegadas na diagonal com resolução Full HD;

4.6.4.10. Bateria com capacidade mínima de 4.000 mAh;

4.6.4.11. Tela com touchscreen capacitivo e multitouch;

4.6.4.12. Câmera traseira com no mínimo 50 Megapixels e câmera frontal com no mínimo 12 Megapixels;

4.6.4.13. Conectividade: LTE 4G ou superior, Wi-fi (802.11 b/g/n/ac), roteador wi-fi, Bluetooth 5.0 ou superior, conexão com pc via USB;

4.6.4.14. Sensor de GPS e de auto-rotação de tela;

4.6.4.15. Acessórios: carregador bivolt, cabo USB, extrator de chip (quando aplicável), manual de instruções de uso do aparelho em português (impresso em papel ou online);

4.6.4.16. Funcionalidades: Vibração, Viva voz, Conferência, Registro de chamadas discadas/recebidas/não atendidas, bloqueio do uso de dados, modo avião, Chamada em Espera;

4.6.4.17. Browser com suporte a html/HTML5, Envio de SMS, Predição de texto, calculadora, agenda de compromissos, calendário, alarme/despertador, Proteção de Tela e Acesso ao celular por senha;

4.6.4.18. Suporte a conta de e-mail, permitir a visualização de documentos (tipo doc, xls, pdf);

4.6.4.19. Permitir a localização do celular para o caso de perda ou roubo, quando disponível pelo sistema operacional;

4.6.4.20. Cores predominantes dos aparelhos: preto, prata, cinza escuro ou azul escuro. Não serão aceitos aparelhos em outras cores predominantes.

#### 4.7. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS (MDM)

4.7.1. O gerenciamento se dará nos dispositivos que possuem linhas (SIM/e-SIM) fornecidas pela CONTRATADA, sejam eles de propriedade da CONTRATANTE ou em comodato. Os partícipes que fizeram opção pelos itens 1 e 2 (apenas CHIPS - sem aparelhos em comodato) deverão ter a devida ciência de que as funcionalidades exigidas são aplicáveis na totalidade aos equipamentos com características semelhantes aos descritos no item SMARTPHONES;

4.7.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar um Portal Web, de acesso via Internet e Aplicativo Mobile para os usuários das linhas que permitirá à CONTRATANTE efetuar a gestão e controle de todas as suas linhas contratadas.

4.7.3. O aplicativo Mobile (Apps cliente) será destinado aos usuários das linhas móveis que, além de funcionarem como agentes que recompilam dados, tem uma interface com a visualização de gráficos, para que o usuário do dispositivo monitore o consumo de dados móveis e uso de aplicativos;

4.7.4. O portal Web deverá permitir , no mínimo:

4.7.4.1. Criação de perfis de configuração no dispositivo;

4.7.4.2. Criação de grupos de perfis para que seja vinculada aos equipamentos que necessitem de uma política idêntica;

4.7.4.3. Definir políticas de uso por parte da Empresa, Grupo ou usuário ;

4.7.4.4. Associar um usuário a um grupo;

4.7.4.5. Estabelecer regra de bloqueio de uso de dados móveis por horário de trabalho;

4.7.4.6. Definir quais aplicativos devem ser bloqueados / liberados para empresa , grupo ou usuário

4.7.4.7. Definir as URL que serão bloqueadas/liberadas;

4.7.4.8. Enviar mensagens para a empresa, Grupo ou usuário através de PUSH

4.7.4.9. Atualização / Instalação de APP silenciosa nos dispositivos.

4.7.4.10. A localização geográfica dos dispositivos .

4.7.4.11. Configurar e implantar remotamente os dispositivos;

4.7.4.12. Realizar redefinição de senhas do dispositivo remotamente;

4.7.4.13. Definir restrições de instalação/permissão de uso de aplicativos de terceiros nos dispositivos;

4.7.4.14. Configurar remotamente redes Wi-Fi;

4.7.4.15. Bloquear/desbloquear função GPS do equipamento;

4.7.4.16. Bloquear/desbloquear a instalação de aplicativos

4.7.4.17. Bloquear/desbloquear acesso a funcionalidade bluetooth;

4.7.4.18. Bloquear tela dos dispositivos;

4.7.4.19. Bloquear/desbloquear entrada USB do equipamento;

4.7.4.20. Bloquear/desbloquear função Câmera;

4.7.4.21. Bloquear/desbloquear "modo desenvolvimento";

4.7.4.22. Bloquear/desbloquear “debug por meio da entrada USB”;

4.7.4.23. Bloquear/desbloquear restauração de fábrica do equipamento via as configurações dele;

4.7.4.24. Bloquear/desbloquear acesso a redes wifi;

4.7.4.25. Bloquear/desbloquear o dispositivo remotamente quando extraviado;

4.7.4.26.	Bloquear/desbloquear acessos às configurações do sistema operacional;
4.7.4.27.	Bloquear/desbloquear atualizações do sistema operacional;
4.7.4.28.	Enviar comandos especiais ao dispositivo, como WIPE, para restabelecer o dispositivo aos parâmetros predeterminados DE FÁBRICA
4.7.4.29.	Realizar registro de todas as informações em plataforma homologada e emitir relatórios.
4.7.4.30.	Visualizar os aplicativos instalados nos dispositivos;
4.7.4.31.	Apresentar relatórios de Localização, inclusive em tempo real.
4.7.4.32.	Mostrar a capacidade de memória disponível para cada dispositivo
4.7.4.33.	Monitorar o consumo de dados móveis de usuários de cada linha contratada;
4.7.4.34.	Manter um inventário de todos os dispositivos/linhas utilizadas na empresa
4.7.4.35.	Monitorar o consumo de dados móveis por aplicativo de cada usuário da linha contratada.
4.7.4.36.	Mostrar o ranking dos aplicativos mais utilizados;
4.7.4.37.	Mostrar o ranking de Usuários de dispositivos/linhas que consomem mais dados
4.7.4.38.	Mostrar o ranking dos sites com mais visitas;
4.7.4.39.	Mostrar o uso da bateria por dia para cada dispositivo
4.7.5.	Deve ser possível ao menos 5 acessos simultâneos como GESTOR por CONTRATANTE (órgão público e entidade administrativa), independentemente da quantidade de aparelhos ou linhas contratadas para monitoramento.
Será de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção, a recuperação e a segurança dos dados do serviço de gerenciamento MDM online.	
4.7.6.	A CONTRATADA deverá ofertar, sem custo adicional, um tutorial de treinamento com manual de administração da solução de gerenciamento dos dispositivos móveis para que a CONTRATANTE possa buscar e operar informações sobre a instalação, configuração e operação das funcionalidades da ferramenta, afim de que a CONTRATANTE esteja apta a instalar, configurar e operar as funcionalidades da ferramenta, bem como a CONTRATADA deverá disponibilizar um canal para que a CONTRATANTE esclareça suas dúvidas sobre a temática e seus procedimentos.
4.8.	<b>ROAMING INTERNACIONAL DE DADOS</b>
4.8.1.	Serviço de Roaming Internacional deve ser bloqueado para todos os usuários como padrão de uso, sendo habilitado quando solicitado pela CONTRATANTE, via chamado na central de atendimento da operadora, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da abertura do chamado na central de atendimento.
4.8.2.	No caso de solicitação de ativação do serviço pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá ofertar serviço de roaming internacional de dados, a ser cobrado por diárias sob demanda, cobrado por dia de uso habilitado (diárias de franquia habilitada) com no <i>mínimo 500 MB por dia</i> , sendo identificado de forma individualizada na fatura a ser paga, por aquilo que for efetivamente solicitado no processo de habilitação de diárias.
4.8.3.	O serviço de roaming internacional deverá ser fornecido por meio da tecnologia 4G ou superior; sempre que a localidade visitada possuir tal tecnologia disponível, compatível com padrão utilizado no Brasil e houver cobertura pela contratada.
4.8.4.	Caso a localidade visitada não possua cobertura do sinal 4G ou exista incompatibilidade com o padrão 4G do Brasil, deverá funcionar no modo 3G ou similar, de forma automática e sem intervenção do usuário.
4.9.	<b>SERVIÇO DE GERENCIAMENTO EM GERAL</b>
4.9.1.	A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a Portal Web ou aplicativo via Internet que permitirá à CONTRATANTE efetuar a gestão e controle de gastos de todas as suas linhas contratadas, além dos relatórios e controle de ocorrências com aparelhos em comodato e outras reclamações. Deverá ser possível no mínimo, as seguintes funcionalidades:
4.9.1.1.	Permitir acesso ao portal ou aplicativo, mediante <i>login</i> com uso de senha pessoal para garantir que somente pessoas autorizadas tenham acesso às facilidades das ferramentas e dados;
4.9.1.2.	Permitir que a CONTRATANTE realize consultas de acompanhamento do uso diário de voz: por tipo de destino/ local, interurbano, fixo e etc. /por horário / calendário.
4.9.1.3.	Definir o perfil de utilização de cada linha; agrupar as linhas em centros de custos;
4.9.1.4.	Definir número chamado como lista negra / lista branca;
4.9.1.5.	Definir limite de minutos por linha ou centro de custo;
4.9.1.6.	Disponibilizar relatório de consumo dos serviços prestados periódica e mensalmente, podendo ser disponibilizado de forma eletrônica ou online, contendo ao menos os seguintes dados:
4.9.1.7.	Número telefônico do CHIP
4.9.1.8.	IMEI do aparelho/dispositivo
4.9.1.9.	Período de apuração
4.9.1.10.	Minutos utilizados
4.9.1.11.	Roaming internacional utilizado (MB)
4.9.2.	Disponibilizar relatório de disponibilidade dos serviços prestados e incidentes periódica e mensalmente, contendo ao menos os seguintes dados:
4.9.2.1.	Nome do serviço
4.9.2.2.	Descrição do serviço
4.9.2.3.	Período de apuração
4.9.2.4.	Tipo do incidente
4.9.2.5.	Descrição do incidente
4.9.2.6.	Tempo de indisponibilidade (horas)
4.9.2.7.	Tempo de disponibilidade (horas)
4.9.2.8.	Manutenção programada
4.9.2.9.	Tempo da manutenção programada (horas)
4.9.3.	O relatório de disponibilidade dos serviços prestados e incidentes, bem como o relatório de consumo dos serviços deverão ser exportáveis em formato aberto de arquivo eletrônico, preferencialmente CSV (valores separados por ponto-vírgula).
4.9.4.	Será de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção, a recuperação e a segurança dos dados do serviço de gerenciamento online.
4.9.5.	As informações do serviço de gerenciamento poderão ter uma defasagem máxima de 48 horas após a ocorrência do evento
5.	<b>DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS</b>
5.1.	<b>Participação em IRP vigentes:</b>
5.1.1.	Com base no artigo 10 do Decreto n.º 11.462/2023 que regulamenta a Lei n.º 14.133/2021, que assim versa:  Os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.  Parágrafo único. Constará nos autos do processo de contratação a manifestação do órgão ou da entidade sobre a deliberação de que trata o caput.
5.1.2.	Neste contexto, dada a obrigatoriedade do Decreto, foi analisada a complexidade que a Ebserh possui em suas operações de aquisição e logística, levando em consideração sua composição como rede de hospitais federais.
5.1.3.	Inicialmente, as áreas de Gestão de Suprimentos, tanto da Administração Central quanto dos HUF, apontam que a organização dos objetos dos registros de preços passa por diversas variáveis, inclusive não assistenciais, como:
	<div><div>a) Padronizações;</div><div>b) Economicidade;</div><div>c) Tipos de empresa que comercializam;</div><div>d) Complexidade de avaliação técnica;</div><div>e) Solução de compra;</div><div>f) Modelos de aquisição;</div></div>
5.1.4.	Entendendo-se que o objetivo do Decreto n.º 11.462/2023 é o de, entre outros, reduzir o fracionamento das compras por parte do Estado e reduzir os custos processuais ao indicar que os órgãos públicos façam buscas pelas IRPs abertas, este objetivo já vem sendo cumprido pelas compras centralizadas, que inclusive é o tipo de compra que está sendo realizado nesta aquisição.
5.1.5.	Outro fator que fundamenta a decisão de não buscar adesão a Intenções de Registro de Preços (IRPs) já divulgadas é o fato de não existir, em âmbito nacional, órgão que reúna, cumulativamente, as mesmas características da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh): atuação na área hospitalar e gestão de Hospitais Universitários Federais distribuídos por todo o território brasileiro, com portes e níveis de complexidade distintos. Essa combinação de características torna inviável a busca e a participação em IRPs existentes, uma vez que as especificidades da Rede não encontram correspondência em outras contratações públicas.
5.2.	<b>Participação de órgãos e entidades externas à EBSERH.</b>
5.2.1.	A rede Ebserh, entidade da Administração Pública Federal com grande complexidade e heterogeneidade - que gere dezenas de Hospitais Universitários Federais, das mais diversas complexidades e tamanhos, espalhados por todo o território brasileiro e atua tanto nas áreas de Saúde quanto de Educação - possui grande número de operações de aquisições, contratações e logística para fazer com que todos os seus HUF possam exercer suas atividades sem incorrer em interrupções.
5.2.2.	Devido à necessidade de gerenciar centenas de atas e contratos dos 45 HUF, além daqueles da Administração Central, entende-se que permitir a participação de outros órgãos, além dos HUF da Ebserh, na origem da IRP ou na ata já assinada, poderia prejudicar o monitoramento dos saldos das atas de registros de preços e/ou contratos da rede Ebserh.
6.	<b>REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>
6.1.	Os serviços serão pagos de forma fixa mensal por linha (chip físico/virtual) com ou sem aparelho telefônico, de acordo com os critérios estabelecidos.
6.1.1.	Fornecimento, em regime de <b>COMODATO</b> , de aparelhos telefônicos novos, sem uso e não remanufaturados.
6.1.2.	Fornecimento ininterrupto de serviços de instalação, configuração e assistência técnica dos equipamentos, com manutenção preventiva e corretiva, inclusive reposição de peças;
6.1.3.	Permissão do acesso ao sistema de gestão para usuários habilitados;
6.1.4.	O sistema deve prover bloqueio remoto de dispositivos disponível através de plataforma Web (Portal de Gerenciamento de Dispositivos Móveis).
6.1.5.	Permitir a realização de inventário de aparelhos/linhas;
6.1.6.	A CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios gerenciais de utilização e disponibilidade das linhas telefônica e dados móveis, permitindo adaptações solicitadas pela CONTRATANTE.
6.1.7.	Deverá disponibilizar meio eletrônico de registro e acompanhamento dos chamados técnicos, podendo ser sistema informatizado avulso ou funcionalidade integrante do sistema MDM, que permita o registro e o acompanhamento dos chamados;
6.1.8.	A CONTRATADA deverá garantir que, após o consumo integral da franquia de dados móveis prevista no plano, não haverá bloqueio de navegação.
6.1.9.	A velocidade de navegação não poderá ser reduzida a patamares inferiores a 1 Mbps, garantindo a continuidade da prestação dos serviços institucionais essenciais.
6.1.10.	A operadora deverá informar previamente suas políticas de gestão de tráfego, em conformidade com as normas da Anatel, e comunicar à CONTRATANTE o atingimento de 80% e 100% da franquia de dados, quando aplicável.
6.2.	<b>REQUISITOS DE NEGÓCIO:</b>
6.2.1.	<u>Provisionamento de mobilidade:</u> permite a comunicação através de contato através da rede de telefonia móvel ou através de rede de dados móveis, quando o colaborador encontra-se fora do domicílio laboral.
6.2.2.	<u>Área de cobertura:</u> devido ao alcance dos hospitais administrados pela Ebserh na maioria dos estados brasileiros, além da administração central, torna-se necessário que haja cobertura para as regiões, tanto no que tange à telefonia móvel quanto aos dados móveis.
6.2.3.	<u>Aparelho compatível com as demandas da instituição:</u> o aparelho telefônico deverá suportar as aplicações necessárias para as demandas de comunicação através de dados móveis/wireless e de produção, pois apoiará as atividades que demandam urgência ou realização quando fora do domicílio laboral. Para isso, o equipamento deverá possuir configuração para manter a fluidez dos programas necessários para as atividades da Administração Central e Hospitais Universitários Federais.
6.2.4.	<u>Provisionamento de continuidade de serviços:</u> devido a possibilidade de interrupção da telefonia fixa por diversos motivos ou da internet dispostas na administração central e hospitais universitários, o serviço de telefonia móvel e pacote de dados móveis surge como contingência para interrupções da telefonia e internet.
6.2.5.	<u>Comunicação complementar a telefonia fixa:</u> a telefonia fixa necessita de infraestrutura de rede e elétrica para que possa funcionar, assim, quando da indisponibilidade dessa infraestrutura, pode-se lançar mão de serviço de telefonia móvel para comunicação interna (outros colaboradores) ou externa (agentes externos como fornecedores, órgãos públicos, etc).
6.2.6.	<u>Acesso à internet por meio de plano de dados em dispositivos móveis:</u> devido a demandas de mobilidade ou como contingência para a internet na Administração Central/Hospitais Universitários, é indispensável o provimento de dados móveis para

que não ocorra interrupção das entregas necessárias.

- 6.2.7. **Portabilidade numérica:** com o intuito de manter os números já utilizados anteriormente, torna-se indispensável a portabilidade desses números, assim, impedindo a necessidade de informar massivamente os novos canais de comunicação aos usuários dos serviços dos Hospitais Universitários Federais. Deve ser minimizado o *Downtime* de migração entre as soluções.
- 6.2.8. **Chip virtual e chip físico:** devido às particularidades de cada HUF, dentro das necessidades anteriormente apresentadas, faz-se necessário a possibilidade de uso de Chip telefônico móvel físico (SIM) ou virtual (E-SIM)

#### 6.3. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

- I - Lei nº 13.303/2016 - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- II - Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh - RLCE v2 - Este regulamento tem por objetivo definir e disciplinar os procedimentos de contratação de bens, serviços e obras, de alienação de bens e de formalização de convênios no âmbito da Ebserrh, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016.
- III - Decreto 11.462/2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- IV - Instrução Normativa nº 5/2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- V - Resolução Anatel nº 777, de 28 de abril de 2025 - Revoga e altera Resoluções expedidas pela Anatel e aprova o Regulamento Geral dos Serviços de Telecomunicações - RGST.
- VI - Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019 - Aprova o Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQUAL.
- VII - Resolução Anatel nº 765, de 6 de novembro de 2023 - Aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações.

#### 6.4. REQUISITOS TEMPORAIS

- 6.4.1. O serviço de abertura de chamados de suporte técnico deverá estar **disponível 24hs por dia, 7(sete) dias por semana**.
- 6.4.2. A CONTRATADA deverá realizar a substituição definitiva dos equipamentos, por outro igual ou superior e em perfeito estado de funcionamento, quando houver em prazo inferior a 30 (trinta) dias corridos mais de 3 (três) chamados de manutenção corretiva, para o mesmo equipamento, relacionados à mesma causa raiz ou quando existir mais de 6 (seis) chamados de manutenção corretiva para o mesmo equipamento, independente da causa raiz, em prazo inferior a 60 (sessenta) dias corridos
- 6.4.3. A CONTRATADA deverá realizar a substituição de equipamentos em manutenção por outro com características iguais ou superiores, em perfeito estado de funcionamento, em até 1 (um) dia útil, quando o caso envolver a necessidade de substituição do mesmo.
- 6.4.4. A CONTRATADA deverá restabelecer o perfeito funcionamento do SERVIÇO DE GERENCIAMENTO (em caso de falha, baixo desempenho ou comportamento divergente do comportamento ideal de funcionamento) em até 1 (uma) hora corrida a contar da abertura de chamado.
- 6.5. **REQUISITOS DE SEGURANÇA**
- 6.5.1. A CONTRATADA deverá manter em sigilo todos os ativos de informações e de processos, conforme itens de instrumento de confidencialidade próprio da CONTRATANTE.
- 6.5.1.1. A CONTRATADA deverá manter em sigilo quaisquer dados, informações, documentos e mídias de que venham a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgar, reproduzir ou utilizar.
- 6.5.1.2. A CONTRATADA deverá manter em sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato;
- 6.5.1.3. A CONTRATADA deverá exigir, formalmente, dos empregados da CONTRATADA o compromisso de atendimento aos regulamentos de propriedade, sigilo, confidencialidade, segurança das informações e de disciplina funcional de que venha a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, antes de autorizá-los a ingressar na execução dos serviços contratados.
- 6.5.1.4. A CONTRATADA deverá promover o afastamento imediato, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus recursos profissionais que, comprovadamente, coloquem em risco as condições de preservação da propriedade, do sigilo e segurança das informações a que tiver acesso, portanto, é vedado veiculação de publicidade acerca dos serviços contratados, sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE.
- 6.5.1.5. Deverá ser assinado o Anexo V - Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (SEI nº [58299333](#)) entre a CONTRATADA e a unidade da CONTRATANTE, por meio de instrumento próprio desta, estabelecendo compromisso de não divulgar nenhum assunto tratado na prestação de serviços, do objeto da licitação.

#### 6.6. REQUISITOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CULTURAIS

- 6.6.1. A CONTRATADA deverá respeitar a Norma Brasileira que trata sobre resíduos sólidos ABNT NBR 10004.
- 6.6.2. Todos os equipamentos fornecidos deverão possuir funcionalidades que promovam a economia de energia elétrica, como, por exemplo, modo de economia de energia.
- 6.6.3. A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas, bem como todos os relatórios e artefatos produzidos deverão ser realizados, preferencialmente, sob a forma eletrônica.
- 6.6.4. Os equipamentos deverão conter manual em idioma português ou inglês (em formato eletrônico PDF ou impresso).
- 6.6.5. A CONTRATADA deverá fornecer, no ato da assinatura do contrato, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental.
- 6.6.6. Os profissionais em atendimento no ambiente da CONTRATANTE, deverão se apresentar devidamente identificados e vestidos de forma adequada ao ambiente de trabalho, evitando-se o vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional da Rede Ebserrh.
- 6.6.7. Os profissionais deverão respeitar todos os colaboradores, em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo.
- 6.6.8. A CONTRATADA deverá substituir imediatamente aquele profissional que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares da CONTRATANTE, quando solicitado pela CONTRATANTE.
- 6.6.9. O acesso às instalações da unidade da CONTRATANTE onde serão realizados os serviços deverá ser controlado e permitido somente às pessoas autorizadas.
- 6.6.10. A CONTRATADA deverá acatar e obedecer as normas de utilização e segurança das instalações nas localidades.
- 6.6.11. A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações oriundas da CONTRATANTE e se comprometer em não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente para tal.
- 6.6.12. Os equipamentos fornecidos em comodato não contêm substâncias perigosas, como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Europeia por Restriction of Certain Hazardous Substances (RoHS)., sendo que a comprovação se dará através de apresentação de catálogos, especificações, manuais etc. no momento da apresentação da proposta de preços.
- 6.6.13. Os equipamentos recebidos em comodato devem ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento
- 6.7. **REQUISITOS DE ARQUITETURA TECNOLÓGICA**
- 6.7.1. As especificações encontram-se dispostas nos item 4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.
- 6.7.2. **Requisito dos chips**
- 6.7.2.1. Os chips (SIM Cards ou E-SIM) deverão ser habilitados com serviços de dados com franquias mínimas estabelecidas nas especificações do serviço, incluindo a assinatura de provedor de acesso à Internet, com garantia de Taxa de Transmissão Instantânea nominal mínima de 40% (quarenta por cento) da velocidade de 1 Mbps para 3G, 4 Mbps para 4G e a velocidade disponível na área local nos casos de 2G, sempre obedecendo as normativas da ANATEL.
- 6.7.2.2. Quando da contratação dos itens 1 e 2 ( sem aparelho em comodato), a CONTRATADA deverá disponibilizar para a CONTRATANTE a ativação dos serviços através de chip SIM Card ou e-SIM, a critério da CONTRATANTE para melhor uso em aparelhos compatíveis.
- 6.7.2.3. A CONTRATANTE deverá informar, no momento do envio da Ordem de Serviço (OS), o tipo de chip, se SIM Card ou eSIM
- 6.7.2.4. Para itens da contratação que demandem comodato, a escolha do tipo de chip, se SIM Card ou e-SIM está condicionada à compatibilidade do aparelho fornecido pela CONTRATADA.
- 6.7.2.5. Para itens da contratação que NÃO demandem comodato, a escolha do tipo de chip, se SIM Card ou e-SIM está condicionada à compatibilidade do aparelho fornecido pelo USUÁRIO.
- 6.7.2.6. Alterações entre tipos de tecnologia de chips (SIM Card ou e-SIM) posteriores poderão ser feitas, pois os custos decorrentes da troca estão embutidos no serviço prestado ao órgão CONTRATANTE.
- 6.7.2.7. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE os procedimentos de ativação do e-SIM.
- 6.7.2.8. A CONTRATADA deverá fornecer 1 (um) SIM CARD extra para cada 100 (cem) unidades contratadas dos itens 1 e 2, como unidade de reposição para os casos de ocorrência de defeito.
- 6.7.2.9. A CONTRATADA deverá fornecer 1 (um) SIM CARD e/ou 1 (um) Smartphone para cada 100 (cem) unidades contratadas dos itens 3 e 4, como unidade de reposição para os casos de ocorrência de defeito.
- 6.7.2.10. Caso a contratação daquele SIM CARD e/ou Smartphone seja maior ou igual a 10 (dez) unidades e não alcance 100 (cem) unidades a CONTRATADA deverá fornecer 1 (um) SIM CARD e/ou Smartphone adicional de reserva e, caso a quantidade de unidades contratadas de SIM CARD Smartphone e/ou Tablet seja inferior a 10 (dez) unidades, não haverá obrigatoriedade de fornecimento reserva.

#### 6.8. REQUISITOS DE PROJETO E IMPLANTAÇÃO

- 6.8.1. Deverá ser apresentado um plano de implantação de forma a garantir a melhor forma de receber os equipamentos, realizar as instalações e configurações sem prejuízo a rotina da unidade da CONTRATANTE.
- 6.9. **REQUISITOS DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS APARELHOS COMODATADOS**
- 6.9.1. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela manutenção dos aparelhos em comodato, pelo tempo da contratação.
- 6.9.2. A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica aos aparelhos fornecidos em comodato durante o período do contrato, da seguinte forma:
- a) O reparo ou substituição dos aparelhos deverá ser feito em até 5 (cinco) dias úteis para as capitais e em até 15 (quinze) dias úteis para as demais localidades, contados a partir da notificação à CONTRATADA, e não pode representar nenhum ônus para a CONTRATANTE.
- b) Nos casos de furto, roubo, inutilização, independente da natureza (tais como danos causados por desastres naturais, mau uso ou extravio dos equipamentos, incluindo partes e peças), o CONTRATANTE deverá registrar o Boletim de Ocorrência Policial ou providenciar outro documento oficial com relato/declaração do ocorrido e apresentar à CONTRATADA.
- c) O CONTRATANTE realizará a apuração, em âmbito de processo administrativo, para identificação da responsabilidade e ressarcimento do equipamento à CONTRATADA. No entanto, a CONTRATADA deverá proceder com a reposição do equipamento.
- d) A substituição do equipamento será de responsabilidade da CONTRATADA.
- e) A CONTRATANTE indenizará a CONTRATADA pelo valor de mercado do equipamento depreciado à razão de 40% ao ano de uso, ou por mês de uso em 1/12 (um doze avos).
- f) Para o cálculo do valor depreciado, deverá ser apresentada pela CONTRATADA a Nota Fiscal de compra do bem à qual serão aplicadas as regras de depreciação.
- g) Eventuais indenizações devidas à CONTRATADA serão liquidadas no vencimento das faturas mensais de prestação de serviço, em até 60 dias, após a formalização dos fatos, com as devidas documentações comprobatórias mencionadas neste Termo de Referência.
- h) Desgastes naturais decorrentes da deterioração gradual dos objetos devido ao uso contínuo pelos usuários ou exposição ambiental nos locais de instalação não geram, em hipótese alguma, direito a indenizações.

#### 6.10. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO

- 6.10.1. O fornecimento dos serviços está condicionado ao recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviços (OS) emitida pela CONTRATANTE, ou por meio de sistema informatizado disponibilizado à CONTRATANTE, que permita auditabilidade das solicitações e chamados realizados, acompanhamento dos prazos e conclusão dos atendimentos.
- 6.10.2. O sistema informatizado de Gerenciamento de Serviços disponibilizado pela contratada, para abertura dos chamados técnicos, deverá contemplar, no mínimo, os seguintes requisitos:

- I - Operar através da WEB (Internet);
- II - Estar disponível em língua portuguesa;
- III - Permitir acesso através de senha individual, podendo ser alterada a qualquer momento pelo próprio usuário;
- IV - Permitir que os usuários efetuem consultas, via sistema, sobre a situação (status) dos seus chamados técnicos e que os mesmos possam incluir ou solicitar informações adicionais;
- V - A inclusão de informações ou a solicitação de informações adicionais pode ser realizada através da abertura de novo chamado, desde que se possa referenciar o chamado inicial; e
- VI - Permitir emissão de consulta relativa à quantidade de chamados abertos, com possibilidade de filtrar por equipamento, localidade, data e estado do chamado (em aberto, encerrado etc.).

#### 6.10.3. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 6.10.4. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) da Ebserh e de suas normas complementares.
- 6.10.5. A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações da Ebserh e se comprometer em não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido ou tido ciência no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal.
- 6.10.6. A CONTRATADA deverá observar, as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação - TI da Ebserh.
- 6.11. **DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO:**
- 6.11.1. **CONDIÇÕES DAS REDES ELÉTRICAS**
- 6.11.1.1. Todos os equipamentos devem ser obrigatoriamente bivolt.
- 6.11.1.2. Os cabos de conexão elétrica deverão seguir o padrão NB R-14136, evitando-se o uso de adaptadores.
- 6.11.2. **PRÁTICAS VEDADAS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 6.11.3. É vedada a execução dos serviços:
- I - estranhos à natureza da contratação; e
- II - que não tenham sido demandados e registrados por meio projetos ou de chamados técnicos (tickets de serviços).
- III - por profissional não identificado, ou cuja atuação não tenha sido previamente autorizada pela Contratada para atuação no âmbito do contrato;
- IV - de tarefa ou serviço por profissional inabilitado, isto é, que não possua qualificação adequada para realização das tarefas de suporte e manutenção.

7. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 7.1. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**
- 7.1.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e seus anexos quanto às especificações do objeto.
- 7.1.2. Os preços unitários oferecidos para cada item deverão estar dentro dos valores estimados pela Administração.
- 7.1.3. É indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Ebserh. A inexequibilidade só será considerada após a realização de diligências, confirmação da proposta e outros meios que confirmem a situação inicialmente vislumbrada, que restarão juntadas ao processo de contratação.
- 7.1.4. Não será admitida a apresentação de preços unitários com a intenção de manipular o valor global ou de futuros aditivos contratuais, gerando ganhos indevidos por meio de distorções nos valores dos itens cotados.
- 7.2. **DA APRESENTAÇÃO DE LANCE OU PROPOSTA DE PREÇOS**
- 7.2.1. O licitante deverá, obrigatoriamente, cadastrar sua proposta para todos os itens que compõe o grupo, e os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário de cada item, sendo imprescindível que todos os itens que compõem o grupo estejam dentro do valor de referência.
- 7.2.2. O licitante deverá preencher sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico dos seguintes campos:
- | Descritivo | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------------|------------|----------------|-------------|
|            |            |                |             |
- 7.2.3. Após a fase de lances, a LICITANTE deverá encaminhar, no prazo fixado em edital, a contar da convocação do agente de licitação, no sistema *Comprasgov*:
- a) Proposta de Preços com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados.
- 7.2.4. Deverão constar nas propostas os dados bancários da empresa como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação junto ao Cadastro de fornecedores da Ebserh. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.
- 7.2.5. O CNPJ indicado nos documentos e na proposta de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal. Também deve ser o mesmo CNPJ cadastrado no *Comprasgov* para participação do certame.
- 7.2.6. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação da proposta.
- 7.2.7. Não foi apresentada planilha de proposta de preços em razão da inviabilidade de decomposição objetiva dos custos, tendo em vista que o objeto é ofertado no mercado como solução integrada, com precificação global e sem discriminação dos componentes internos de custo. A elaboração de planilha estimativa não refletiria a estrutura real de formação do preço, podendo comprometer a confiabilidade e a aderência aos valores efetivamente praticados.
- 7.3. **INTERVALO ENTRE LANCES**
- 7.3.1. Para fins de operacionalização no *Comprasgov*, somente serão objeto de disputa na etapa de lances os itens licitados que respeitarem o **intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances de 0,75%.**
- 7.4. **MODO DE DISPUTA**
- 7.4.1. O modo de disputa adotado para este certame será **ABERTO**, conforme as especificações contidas no instrumento convocatório.
- 7.5. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 7.5.1. Para as condições de participação, será averiguada a inexistência de indivíduos no quadro de administração da CONTRATADA que tenham influência ou estejam envolvidos em decisões de interesse exclusivo da Ebserh, conforme a [Política de Transações Com Partes Relacionadas](#) da empresa, a fim de afastar interesses secundários.
- 7.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar declaração de que não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 69 do **Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh 2.0** de impedimento de licitar e de ser CONTRATADA pela Ebserh.
- 7.6. **HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA E ECONÔMICA**
- 7.6.1. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, trabalhista e econômica são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 7.6.2. **HABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 7.6.2.1. **CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:**
- 7.6.2.2. As LICITANTES deverão comprovar a qualificação técnica, por meio de comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o grupo pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 7.6.3. A LICITANTE vencedora deverá apresentar, um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que tenha realizado, no mínimo, 10 (dez) % do quantitativo total do objeto da contratação e experiência mínima de 2 (dois) anos de serviços de características semelhantes às do objeto desta licitação.
- 7.6.4. Considerando que os serviços objetos desta licitação serão prestados de forma concomitante, em localidades distintas, caso a LICITANTE saque-se vencedora, deverá ser comprovada a capacidade técnica considerando o somatório dos equipamentos telefônicos móveis anuais estimados.
- 7.6.5. Os atestados devem conter nome (razão social), CNPJ e endereço completo do órgão emissor do atestado e LICITANTE vencedora, características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado, em papel timbrado;
- 7.6.6. Os atestados solicitados visam garantir que os LICITANTES têm condições de cumprir as obrigações objeto do contrato licitado, observando-se a comprovação da aptidão para o desempenho de atividade similar e compatível com o negócio praticado pela LICITANTE vencedora.
- 7.6.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 7.6.8. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.
- 7.6.9. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- 7.6.10. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínima do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação
- 7.6.11. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
8. **FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 8.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o Inciso IV, art. 4º, do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.
- 8.2. Os itens objeto do presente registro de preços caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.
9. **CADASTRO DE RESERVA**
- 9.1. Será permitida a inclusão, na ata de registro de preços, dos fornecedores para a formação do cadastro de reserva, tanto dos LICITANTES que aceitarem cotar os mesmos preços do LICITANTE vencedor, respeitando a ordem de classificação da licitação, quanto dos demais LICITANTES que mantiverem suas propostas originais (Art. 15, inciso XII, e 18 do Decreto 11.462/2023).
10. **REGIME DE EXECUÇÃO**
- 10.1. Quanto ao regime de execução, em conformidade com o art. 8º do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0), será adotada a contratação por **PREÇO GLOBAL**.
11. **NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO**
- 11.1. Os LICITANTES vencedores assinarão Atas de Registro de Preços - ARP com validade de 12 (doze) meses.
- 11.2. **Essa validade poderá ser prorrogada por igual período**, desde que comprovado o preço vantajoso, através de ferramenta de pesquisa dos preços registrados no âmbito da Administração.
- 11.3. **As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por Termo de Contrato, a ser celebrado por cada unidade CONTRATANTE.**
- 11.4. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o respectivo Termo de Contrato pela unidade CONTRATANTE.
- 11.5. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 11.6. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 11.7. O prazo de vigência do contrato é de **30 (trinta) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 5 (cinco) anos, a teor do que disciplina o art 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e art. 147, caput, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.
- 11.8. Caso seja feita renovação do contrato, após o término do período de 30 (trinta) meses, opta-se pela substituição dos aparelhos observadas as especificações técnicas e com as devidas correções nos valores dos serviços conforme Índice Geral de Preços das Telecomunicações (IST) independentemente do comodato de aparelhos.
- 11.9. É vedada a emissão de Ordem de Serviço (OS) dos serviços de telefonia móvel com comodato dentro dos últimos 6 (seis) meses da vigência contratual (sendo vigência prorrogada ou não);
- 11.10. A emissão de Ordem de Serviço (OS) dos serviços de telefonia móvel com comodato dentro dos últimos 18 (dezoito) meses da vigência contratual (sendo vigência prorrogada ou não) resultará no recálculo da amortização dos aparelhos com consequente alteração dos respectivos valores unitários devido à diminuição do prazo de amortização em virtude do término da vigência contratual (sendo vigência prorrogada ou não).
- 11.11. A vedação fundamenta-se em critérios técnicos e econômicos relacionados à eficiência da execução contratual e à adequada gestão dos bens disponibilizados em comodato, visando:
- I - assegurar prazo mínimo de utilização dos aparelhos compatível com seu ciclo operacional e com a eficiência do processo de implantação do serviço;
- II - garantir racionalidade logística nas atividades de distribuição, recolhimento e eventual recondicionamento dos bens;
- III - prevenir desperdício de recursos e ineficiências decorrentes de período reduzido de uso;
- IV - assegurar adequada gestão do inventário patrimonial e dos procedimentos de devolução ao término da vigência; e
- V - manter compatibilidade entre a dinâmica de demanda das unidades requisitantes e a capacidade operacional de mobilização e desmobilização do serviço.
- 11.12. A vedação poderá ser excepcionalmente afastada mediante decisão formal e motivada da Administração, desde que demonstrada a necessidade do atendimento e verificado, cumulativamente ou não, um dos seguintes critérios objetivos:
- a) existência de prorrogação contratual já formalizada;
- b) atendimento a quantitativo mínimo que assegure viabilidade operacional; ou
- c) comprovação de inexistência de impacto relevante na logística de implantação ou na gestão patrimonial dos bens.

- 11.13. A emissão de Ordem de Serviço (OS) para serviços de telefonia móvel com fornecimento de aparelhos em regime de comodato dentro dos últimos 18 (dezoito) meses da vigência contratual, incluídas eventuais prorrogações, poderá implicar revisão dos valores unitários dos serviços exclusivamente para recomposição do equilíbrio econômico-operacional da contratação. A revisão de que trata o caput não se fundamenta em amortização de bens, mas em custos adicionais comprovadamente associados à disponibilização, logística, suporte, gestão e desmobilização dos aparelhos em período reduzido de utilização. Qualquer alteração de valores deverá ser previamente justificada mediante demonstração analítica dos impactos operacionais e econômicos, assegurada transparência, proporcionalidade e aderência aos parâmetros contratuais vigentes.
- 11.14. Periodicamente, a cada 12 meses, sem necessidade de prorrogação formal, as partes poderão se reunir para negociar, obedecidos os limites legalmente admitidos, a manutenção ou extinção do contrato, sem qualquer repercussão negativa para a parte desistente.
- 11.15. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Ebserh/HUF, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do artigo 6º, inciso III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN:
- 11.15.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder o seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 11.15.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.
- 11.16. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital que deverão ser mantidas pelo LICITANTE durante a vigência do contrato.
- 11.17. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse LICITANTE, poderá convocar outro LICITANTE, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares , feita a negociação, assinar o contrato.
- 11.18. A adesão às atas de registro de preços formalizadas por meio desta licitação **não será permitida devido a:**
- a) Atualmente, a Ebserh gerencia 45 dos 51 Hospitais Universitários Federais existentes, vinculados a 39 Instituições Federais de Ensino (IFEs), distribuídas nas 5 regiões do Brasil, formando a maior Rede de Hospitais Universitários públicos da América Latina;
  - b) Como gestora dessa Rede de Hospitais Universitários, a Ebserh tem o objetivo de promover o abastecimento de insumos, bens e serviços específicos para a natureza e o objeto da atividade finalista de assistência e ensino dos HUF, com ganhos de escala e escopo nos processos de aquisição realizados de forma centralizada, além da gestão das atas processadas e homologadas de maneira centralizada; e;
  - c) A Ebserh, enquanto gestora das Atas de Registro de Preços (ARP) e dos processos de aquisição de bens e insumos processados no contexto de "compras em rede", não autoriza a liberação da ARP para outras instituições (exceto para hospitais federais sob sua gestão atual e futura), considerando o escopo de aquisições centralizadas, específicas e singulares para a Rede de Hospitais Universitários sob gestão da Ebserh.
- 11.19. [A única exceção para permissão de adesão, ocorrerá para as estatais públicas e hospitais federais vinculados à Ebserh.](#)
- 12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO**
- 12.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 12.1.1. A prestação dos serviços terá início em até **30 (trinta dias)** após a emissão da ordem de serviço.
- 12.1.2. Os serviços serão executados 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sendo após o horário comercial, em serviço de sobreaviso.
- Emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento**
- 12.2.1. Cada unidade CONTRATANTE celebrará o respectivo **Termo de Contrato** (conforme item 11) e emitirá a correspondente **Nota de Empenho** e a **Ordem de Fornecimento** para **fins de operacionalização da execução**, de forma descentralizada, que serão encaminhadas ao fornecedor, observados os quantitativos por hospital constantes no **Anexo I – Lista de quantitativos por HUF** (SEI nº [58298941](#)), nos termos do **Anexo IV – Modelo da Ordem de Serviço** (SEI nº [57166881](#)).
- 12.2.2. As seguintes diretrizes devem ser consideradas na emissão de Ordens de Fornecimento:
- a) O procedimento padrão será de emissão mensal de apenas uma Ordem de Fornecimento por fornecedor;
  - b) a unidade CONTRATANTE poderá, a seu critério, efetuar a emissão de mais de um pedido dentro do mesmo mês por motivos de sazonalidades na produção assistencial ou situações intempestivas que ensejam uma solicitação adicional;
  - c) a Ordem de Fornecimento emitida por cada unidade deverá ser de no mínimo 10% (dez por cento) do quantitativo previsto para o item naquela unidade, ressalvado o acordo entre as partes.
- 12.3. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, o fornecedor deverá enviar a previsão de entrega dos insumos em **até 5 (cinco) dias úteis** para a equipe de fiscalização, por e-mail, contendo:
- a) Número do Documento Fiscal;
  - b) data de emissão do Documento Fiscal;
  - c) data prevista para entrega.
- 12.4. DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 12.5. Após a nomeação da equipe de Gestão/Fiscalização do contrato, deverá proceder-se com as atividades de início do contrato, conforme prevê o Capítulo III da RLCE 2.0.
- I - A realização de reunião inicial, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação da Equipe de Fiscalização do Contrato, da contratada e dos demais interessados por ele identificados, cuja pauta observará, pelo menos:
    - a) presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
    - b) entrega, por parte da contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, conforme art. 18, inciso V; e
    - c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
  - II - O repasse à contratada de conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens; e
  - III - A disponibilização de infraestrutura à contratada, quando couber.
- 12.6. Após a assinatura do contrato, deverão ser observadas as etapas abaixo:

Tabela 04 - Etapas de implantação e gestão do contrato

#	ETAPA	RESPONSÁVEL	PRAZO	ATIVIDADES
<b>1 - REUNIÃO INICIAL</b>				
1.1	Reunião Inicial	Gestor do Contrato Fiscal Técnico Fiscal Requisitante CONTRATADA	Após a assinatura do contrato	1. Realização de reunião inicial convocada pelo Gestor do Contrato para o repasse à CONTRATADA de conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens, cuja pauta observará, pelo menos: a) presença do representante legal da CONTRATADA, que apresentará o preposto da mesma; b) entrega, por parte da CONTRATADA, do termo de compromisso e do termo de ciência; e c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato. d) Apresentação do plano de portabilidade de linhas, quando houver.
<b>2 - DA IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO, A CADA DEMANDA DE SERVIÇO.</b>				
2.1	Elaborar Ordem de Serviço com os quantitativos dos equipamentos para prestação dos serviços	Gestor Contrato Fiscal Técnico	Após a Reunião inicial	1. Emitir a Ordem de Serviço - OS.
2.3	Disponibilizar Ordem de Serviço para assinatura do Preposto do Contrato	Gestor Contrato	N/A	1. Disponibilizar a OS para assinatura do representante da CONTRATADA.
2.4	Realizar a entrega dos equipamentos	CONTRATADA	A partir da abertura da Ordem de Serviço.	1. Realizar as atividades previstas no <u>item 12.10.2</u> deste Termo de Referência.
2.5	Sinalização de recebimento dos equipamentos	Fiscal Técnico	Até 2 (dois) dias úteis após o recebimento da Entrega	1. Validar os quantitativos de equipamentos entregues, conforme descrito no <b>Anexo I - Lista de quantitativos por HUF</b> (SEI nº <a href="#">58298941</a> ).
<b>3 - DO FATURAMENTO MENSAL</b>				
3.1	Fechamento do Faturamento Mensal	CONTRATADA	Em até 10 (dez) dias corridos subsequente ao mês de prestação do serviço.	1. Consolidação da volumetria de linhas telefônicas (SIM e E-SIM) com ou sem aparelhos em comodato, no mês de prestação do serviço. 2. Apresentação do relatório de Faturamento Mensal aos Fiscais do contrato da unidade CONTRATANTE.
3.2	Emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP)	Fiscal Técnico	Até 2(dois) dias úteis após o recebimento do relatório de Faturamento Mensal.	1. Emitir o Termo de Recebimento Provisório.
3.3	Homologação do relatório de Faturamento Mensal	Fiscal Técnico Fiscal Requisitante Gestor do Contrato	Em até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento do relatório de Faturamento Mensal.	1. Validação do relatório; 2. Apresentação de contestações, se for o caso; 3. Indicação de multas e glosas, caso exista; 4. Retorno à CONTRATADA com resultado da homologação; 5. Caso não haja contestações, autoriza o Faturamento, através da emissão de Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

3.4	Contestação da Homologação do Faturamento, caso seja necessário	CONTRATADA Fiscal Técnico Fiscal Requisitante Gestor do Contrato	Em até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento do resultado da homologação.	1. Reunião de alinhamento para tratativas das possíveis discordâncias quanto ao fechamento e aplicação de multas e glosas; 2. Autoriza o Faturamento, através da emissão de Termo de Recebimento Definitivo (TRD).
3.5	Emissão da Nota Fiscal para Faturamento	CONTRATADA	Após a autorização de Faturamento.	1. Emissão da Nota Fiscal de faturamento. 2. Envio de cópia do Relatório Final de Faturamento
3.6	Realizar Pagamento	Fiscal Técnico Gestor do Contrato	Até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal de Faturamento.	1. Realiza a análise de certidões e conformidades, elabora despacho para Área Financeira;

- 12.7. **DO ENCERRAMENTO CONTRATUAL:**
- 12.7.1. A unidade CONTRATANTE deverá elaborar em conjunto com a CONTRATADA o Plano de Desmobilização do serviço, que deverá ocorrer com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data de encerramento do Contrato.
- 12.7.2. O Plano de Desmobilização deverá conter no mínimo as respectivas informações:
- a) Número de Série do(s) equipamento(s);
  - b) Localização do(s) equipamento(s);
  - c) Modelo do(s) equipamento(s);
  - d) Data de Desligamento do(s) equipamento(s);
  - e) Data para recolhimento do(s) equipamento(s).
- 12.7.3. Sugere-se que sejam acumulados o maior número de equipamentos possíveis, evitando retiradas fracionadas, viabilizando a opção de um único ou menor número possível de fretes à CONTRATADA, ou que seja adotada a mesma logística de entrega dos equipamentos.
- 12.7.4. A CONTRATADA deverá prestar todo serviço de embalagem e logística associados à retirada dos equipamentos utilizados durante a prestação dos serviços, não gerando nenhum ônus à unidade CONTRATANTE;
- 12.7.5. O Fiscal Técnico deverá acompanhar a CONTRATADA durante todo o processo de desmobilização e imprimir a página de configuração de cada equipamento antes de ser desligado, para anexar à documentação de fiscalização do contrato.
- 12.7.6. A unidade CONTRATANTE deverá cancelar todos perfis de acesso da CONTRATADA ao ambiente computacional da unidade CONTRATANTE, providos durante a execução do contrato;
- 12.7.7. A unidade CONTRATANTE deverá inativar as caixas postais da CONTRATADA, se aplicável;
- 12.7.8. A unidade CONTRATANTE deverá realizar o encerramento administrativo do contrato, com a devida baixa de pendências de pagamentos e demais pendências em aberto;
- 12.7.9. A unidade CONTRATANTE deverá emitir o Termo de Encerramento Contratual, que deverá ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA.
- 12.8. **RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO**
- 12.8.1. A equipe técnica da unidade CONTRATANTE irá monitorar, periodicamente, a disponibilidade e qualidade dos serviços, reportando os resultados de não conformidade nos relatórios mensais de avaliação. Estes dados serão base para aferir níveis de serviço e sugerir, quando cabíveis, a aplicação de glosas e sanções.
- 12.8.2. A disponibilidade dos serviços e equipamentos serão averiguados por meio de:
- I - Informações de ordens de serviço prestadas e em aberto no mês;
  - II - Informações sobre interrupções nos serviços de telefonia móvel obtidos por meio da solução de gerenciamento;
  - III - Relatos, com evidências, dos usuários sobre o funcionamento dos equipamentos;
  - IV - Relatórios oriundos da ferramenta de gestão de chamados.
- 12.8.3. Dentre os procedimentos de testes e inspeções, ressaltam-se os seguintes:
- I - Verificação da disponibilidade do sistema de gerenciamento;
  - II - Verificação da disponibilidade da cobertura para o sistema de telefonia móvel;
  - III - Verificação do consumo de dados móveis dos equipamentos comparando-os com os disponibilizados na ferramenta de gestão;

- 12.9. **DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO CONTRATUAL**
- 12.9.1. Se tratando de uma contratação prevista para **30 (trinta) meses**, eventuais mudanças na unidade da CONTRATANTE poderão ensejar a necessidade de alteração da estimativa de equipamentos. Caso ocorram, estas modificações deverão ser tratadas através de aditivos/apostilamentos contratuais, de forma consensual, respeitando-se a legislação vigente.
- 12.10. **PRAZOS DE ENTREGA**
- 12.10.1. Após a abertura da Ordem de Serviço (Anexo II – Modelo da Ordem de Serviço (SEI nº [57166881](#)), devem ser entregues e instalados na unidade CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias corridos o primeiro lote de equipamentos, sendo que os lotes subsequentes, caso existam, deverão ser entregues conforme Tabela 05 abaixo:

Tabela 05 - Quantidades e prazos de implantação	
Quantidade de equipamentos	Prazo (dias corridos)
Até 10 (dez)	10 (dez)
De 11 (onze) a 20 (vinte)	15 (quinze)
De 21 (vinte e um) a 30 (trinta)	15 (quinze)
De 31 (trinta e um) a 50 (cinquenta)	15 (quinze)
De 51 (cinquenta e um) a 80 (oitenta)	30 (trinta)
De 80 (oitenta) a 100 (cem)	30 (trinta)
Acima de 100 (cem)	30 (trinta)

- 12.10.1.1. Os equipamentos deverão ser entregues nos locais previstos no **Anexo I - Lista de quantitativos por HUF** (SEI nº [58298941](#)), da respectiva unidade CONTRATANTE, no horário compreendido entre 08h às 12h e entre 14h às 18h (horário local), de segunda a sexta-feira (dias úteis). De comum acordo, poderão ser combinados outros horários.
- 12.10.1.2. A entrega dos equipamentos de telefônicos deverá ser previamente comunicada à unidade CONTRATANTE com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência.
- 12.10.1.3. A instalação física e configuração lógica dos equipamentos (conexão do equipamento na energia elétrica, adequação da voltagem da localidade ao equipamento com o uso de transformadores, quando necessário, montagem e configuração dos equipamentos) será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 12.10.1.4. A instalação deverá ser acompanhada pela equipe técnica da unidade CONTRATANTE, de modo a apoiar e viabilizar o acesso de técnicos da CONTRATADA às áreas onde os equipamentos serão instalados.
- 12.10.1.5. A CONTRATADA deverá realizar a distribuição e instalação dos equipamentos de telefonia móvel (celulares), nos locais determinados pela CONTRATANTE (salas, consultórios, departamentos, etc.) dentro de cada unidade.
- 12.10.1.6. Excepcionalmente, caso algum equipamento entregue não possa ser instalado conforme previsto no plano de implantação, devido a impedimentos de responsabilidade da unidade CONTRATANTE, a CONTRATADA e a CONTRATANTE deverão, após um mês da data prevista para a instalação, analisar e decidir sobre a permanência do equipamento na localidade.
- 12.10.1.7. **DA RETIRADA DOS EQUIPAMENTOS**
- 12.10.1.7.1. A retirada dos equipamentos pela CONTRATADA deverá ocorrer em até 15 dias úteis a contar da solicitação, devendo o ato da retirada ser previamente comunicado à unidade CONTRATANTE, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à retirada.
- 12.10.1.7.2. A responsabilidade pela logística e embalagem dos equipamentos para transporte é da CONTRATADA.
- 12.10.2. **CONDIÇÕES DE ENTREGA:**
- 12.10.2.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, nos termos abaixo:
- a) Ao final de cada período mensal, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
  - b) O recebimento provisório será realizado pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
  - c) A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
  - d) A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, por força do art. 156 do **Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RCLÉ 2.0)**.
  - e) No prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
  - f) Quando a fiscalização for exercida por um único servidor/empregado, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
  - g) Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
  - h) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
  - i) No prazo de até 5 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o gestor do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
  - j) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
  - k) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
  - l) A emissão da nota fiscal/fatura deve ser efetivada pela CONTRATADA somente após a comunicação da CONTRATANTE do recebimento definitivo do serviço executado.

- 12.10.2.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 12.10.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 12.11. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 12.11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que será exercido por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos art. 161 a art. 167 do **Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0)**.
- 12.11.2. O fiscal que representa a CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 12.11.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 12.11.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada destes de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 12.11.5. O fiscal que representa a CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 12.11.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.
- 12.11.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 12.11.8. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada pela CONTRATANTE com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.
- 12.11.9. A CONTRATADA deverá indicar preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la durante a execução do contrato.
- 12.11.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
13. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
- 13.1. **PAGAMENTO**
- 13.2. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os serviços efetivamente prestados, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela área competente, **no prazo de até 15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento do documento fiscal.
- 13.3. A CONTRATADA deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura correspondente aos serviços prestados **em conformidade com as normas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL**.
- 13.3.1. A CONTRATADA deverá dispensar a cobrança de juros e multas nos casos em que o pagamento ocorrer dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da fatura pela Ebserh.
- 13.4. O pagamento será realizado **preferencialmente por ordem bancária**, mediante crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.
- 13.5. **Poderá ser admitido o pagamento por meio de boleto bancário com código de barras**, quando essa for a forma de faturamento adotada pela CONTRATADA.
- 13.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras; nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 13.7. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidade, tais como Cadastro Informativo de crédito não quitados do setor público federal - CADIN, Cadastro Nacional de Condenações cíveis por ato de improbidade administrativa, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, Certidão negativa de Inidôneos – TCU e para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.
- 13.7.1. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação da CONTRATADA, a critério da CONTRATANTE.
- 13.7.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.7.3. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 13.7.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF e demais certidões de regularidade.
- 13.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.9. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.10. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada no contrato
14. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 14.1. Comete infração administrativa a Contratada que:
- a) não manter a proposta;
  - b) apresentar documentação falsa;
  - c) sofrer condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - d) praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação e do contrato;
  - e) não aceitar ou não retirar a ordem de serviço/nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - f) não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - g) ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - h) falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - i) comportar-se de modo inidôneo; e
  - j) cometer fraude fiscal.
- 14.2. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:
- 14.2.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 14.2.1.1. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;
- 14.2.1.2. Multa:
- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
  - b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - c) em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.
- 14.2.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Rede Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:
- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
  - d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
  - e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
  - g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
  - h) não manter a proposta;
  - i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 14.2.2. As sanções previstas nos subitens 19.2.1.1. e 19.2.1.3. poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.
- 14.2.3. Eventuais multas aplicadas podem ser descontadas de pagamentos a serem efetuados ou compensados em eventuais créditos disponíveis em outros contratos firmados pela Contratada, bem como da garantia contratual, se exigida.
- 14.2.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0.
- 14.2.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.2.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15. **MODELO DE COMPRA CENTRALIZADA**
- 15.1. A compra centralizada em tela utiliza o modo de operação central amplo, pelo qual as fases de planejamento das compras e de seleção do fornecedor ocorrem centralmente, com efetivação da compra pelas organizações locais. Nesse modo, toda a gestão do contrato ocorre de forma descentralizada, restando à Administração Central a gestão da ata de registro de preços e às atividades de monitoramento e apoio sobre essas contratações.
- 15.2. A figura abaixo representa esse modo de operação:

Tabela 06 - Modelo de compra centralizada

Etapas do processo de compras		Central amplo
Formalização da demanda		Central
Estudos preliminares		
Definição das especificações técnicas do objeto a ser contratado		
Instrução do processo de compras		
Sessão pública para escolha do fornecedor		
Formalização das atas de registro de preços		
Emissão de Empenhos / Gestão e fiscalização da execução dos contratos		Local
Recebimento do objeto e pagamento		
Encerramento dos contratos		

16. **DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

16.1. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 16.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

16.1.2.	Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
16.1.3.	Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
16.1.4.	Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e anexos;
16.1.5.	Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e anexos;
16.1.6.	Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do ANEXO XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
16.1.7.	Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
16.1.7.1.	exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
16.1.7.2.	direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
16.1.7.3.	considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
16.1.8.	Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
16.1.9.	Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
16.1.10.	Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
16.1.11.	A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
16.1.12.	Caso seja necessário, autorizar instalação de software para monitorar os equipamentos configurados via conexão USB nas estações de trabalho e que, para novos devices incluídos pelo Órgão CONTRATANTE (notebook e desktop) em seu ambiente será adicionado à imagem destes equipamentos, o respectivo software de monitoria
16.1.13.	Zelar pela integridade material e funcional dos equipamentos de telefônicos alocados em suas dependências em função da execução dos serviços contratados, responsabilizando-se junto à CONTRATADA pela perda e/ou danos provocados pelo comprovado mau uso desses equipamentos.
16.1.14.	Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços.
16.1.15.	Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA.
16.1.16.	Fornecer condições adequadas para instalações dos equipamentos de software para monitoramento dos aparelhos e linhas telefônicas móveis (SMP e MDM).
16.1.17.	Disponibilizar local para o armazenamento dos suprimentos, acessórios e equipamentos de backup que se fizerem necessários para a prestação dos serviços e será responsável pela guarda dos mesmos.
16.1.18.	Disponibilizar pontos de rede e conexão elétrica para os equipamentos.
16.1.19.	Disponibilizar porta de comunicação segura entre o órgão CONTRATANTE e o datacenter da CONTRATADA para coleta remota de informações para eficiente gestão de suprimentos e manutenção dos equipamentos.
16.1.20.	Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;
16.1.21.	Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato; "
16.1.22.	<b>A CONTRATANTE deve ainda:</b>
	a) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
	b) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
	c) receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
	d) aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
	e) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
	f) comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do serviço;
	g) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento do serviço por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
16.2.	<b>DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</b>
16.2.1.	Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
16.2.2.	Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
16.2.3.	Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
16.2.4.	Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
16.2.5.	Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
16.2.6.	Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
	I - prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
	II - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
	III - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
	IV - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
	V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do ANEXO VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
16.2.7.	Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
16.2.8.	Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
16.2.9.	Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
16.2.10.	Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
16.2.11.	Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato;
16.2.12.	Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;
16.2.13.	Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
16.2.14.	Submeter, previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
16.2.15.	Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
16.2.16.	Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
16.2.17.	Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
16.2.18.	Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
16.2.19.	Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
16.2.20.	Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
16.2.21.	Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do ANEXO VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
16.2.22.	O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
16.2.23.	Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
16.2.24.	Nos casos em que o prestador de serviço produza algum tipo de material fora do local de prestação do serviço e esse material seja utilizado na prestação do serviço ou no caso em que há o fornecimento de peças e partes a serem empregadas na prestação do serviço, a empresa CONTRATADA deve atentar ao teor da legislação tributária vigente, em específico à Lei Complementar nº 116/2003, no momento do faturamento da prestação de serviços com a emissão de notas fiscais distintas, observando a incidência de ISS ou ICMS.
16.2.25.	<b>A CONTRATADA deve ainda:</b>
16.2.25.1.	indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
16.2.25.2.	atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
16.2.25.3.	propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
16.2.25.4.	manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
16.2.25.5.	<b>DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR</b>
16.3.	Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
16.4.	Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;
16.5.	Definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:
	I - as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e
	II - definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável.
17.	<b>GARANTIA DA EXECUÇÃO (DO CONTRATO)</b>
17.1.	Não será exigida garantia contratual.
18.	<b>GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO</b>
18.1.	Não será exigida garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, podendo a Ebserh exigir a reexecução dos serviços, sem custo adicional, considerando as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor.
19.	<b>DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO</b>

19.1.	<b>DA SUBCONTRATAÇÃO</b>
19.1.1.	Será admitida, contudo, a subcontratação de <b>parcelas acessórias do objeto</b> , desde que não relacionadas à prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), tais como: <ul style="list-style-type: none"><li>a) fornecimento de aparelhos celulares;</li><li>b) logística de entrega dos equipamentos;</li></ul>
19.1.2.	A subcontratação não transfere à subcontratada qualquer responsabilidade perante a CONTRATANTE, permanecendo a CONTRATADA <b>integralmente responsável pela execução do objeto contratual</b> , bem como pela qualidade dos bens fornecidos e serviços prestados.
19.1.3.	A eventual subcontratação deverá observar a legislação vigente e não poderá resultar em transferência da responsabilidade pela prestação do serviço de telecomunicações, que deverá ser executado diretamente pela empresa autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações.
19.2.	<b>DO CONSÓRCIO</b>
19.2.1.	O consórcio não será aceito, pois sua adequação se justifica apenas quando não há empresas individuais capazes de atender às exigências do edital. Isso ocorre porque as coligações despersonalizadas acontecem quando cada consorciado, por razões técnicas ou econômicas, não possui capacidade individual para fornecer o objeto licitado.
19.2.2.	A participação ou vedação de consórcio é resultado de um processo de avaliação do levantamento da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado. No presente caso, a equipe de planejamento visualizou que há diversas empresas singulares capazes de atender o edital, portanto, possibilitar a participação de empresas consorciadas acarretaria na diminuição da competitividade e impossibilitaria na contratação de proposta mais vantajosa possível para a Administração Pública.
20.	<b>CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES</b>
20.1.	Os preços registrados <b>aditem reajustamento</b> , observada a regulamentação aplicável ao Sistema de Registro de Preços e os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.
20.2.	O reajuste será aplicado mediante a utilização do <b>Índice de Serviços de Telecomunicações (IST)</b> , ou outro que venha a substituí-lo, observadas a forma de cálculo e a data-base definidas pela Agência Nacional de Telecomunicações, incidindo exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após o transcurso do interregno mínimo de 12 (doze) meses.
20.3.	A CONTRATANTE poderá consultar formalmente a CONTRATADA quanto à eventual renúncia ao direito ao reajuste ou à redução do percentual aplicável.
20.4.	Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.
20.5.	Na hipótese de atraso ou ausência de divulgação do índice de reajuste, será aplicado provisoriamente o último índice oficialmente divulgado, procedendo-se à compensação financeira correspondente após a publicação do índice definitivo.
20.6.	A CONTRATADA deverá apresentar memória de cálculo detalhada do reajuste solicitado, contendo o índice aplicado, o período de referência, o valor base e o valor reajustado.
20.7.	Nas aferições finais, será obrigatoriamente aplicado o índice definitivo.
20.8.	Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou não possa ser utilizado, será adotado o índice que vier a substituí-lo por determinação normativa.
20.9.	Na ausência de índice substituído definido em norma, as partes elegerão novo índice oficial por meio de termo aditivo.
20.10.	O reajuste será formalizado por apostilamento.
21.	<b>DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA</b>
21.1.	É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
22.	<b>ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
22.1.	Por se tratar de licitação que será processada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, a indicação da dotação orçamentária ocorrerá somente no momento da formalização do contrato, nos termos do art. 7º, §2º, do Decreto nº.11.462/2023.
23.	<b>ESTIMATIVA DE VALOR E ORÇAMENTO</b>
23.1.	Conforme Art. 7º da RCL 2.0: <p>Art. 7º O valor estimado do procedimento licitatório será <b>SIGILOSO</b>, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, facultando-se sua publicidade, mediante justificativa.</p>
23.2.	Assim, o valor de referência encontra-se no processo SEI nº <a href="#">23477.032019/2025-81</a> .
24.	<b>TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS</b>
24.1.	No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte: <ul style="list-style-type: none"><li>I - adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);</li><li>II - assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);</li><li>III - manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;</li><li>IV - adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;</li><li>V - cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;</li><li>VI - orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;</li><li>VII - comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.</li></ul>
24.2.	Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte: <ul style="list-style-type: none"><li>I - cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;</li><li>II - apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;</li><li>III - não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;</li><li>IV - quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.</li></ul>
25.	<b>MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS</b>
25.1.	A presente contratação não prevê Matriz de Riscos, visto que não se trata de contratação Semi-integrada ou Integrada, nas quais são obrigatórias a utilização da matriz de riscos, conforme art. 9 do RLCE 2.0.
26.	<b>CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA</b>
26.1.	A contratação adotará práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.
26.2.	Nos termos do artigo 1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01/2010, <i>"as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas"</i> .
26.3.	De acordo com o artigo 6º da mesma Instrução Normativa, são critérios de sustentabilidade ambiental que podem ser exigidos na contratação de serviços: <p>Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que a empresa CONTRATADA adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;</li><li>II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;</li><li>III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;</li><li>IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</li><li>V – realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;</li><li>VI – realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022;</li><li>VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e</li><li>VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na <a href="#">Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008</a>.</li></ul> <p>Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que as unidades CONTRATANTES estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente."</p>
26.4.	No âmbito da Ebserh, seu Regulamento de Licitações e Contratos prevê que: <p>Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;</li><li>II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;</li><li>III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;</li><li>IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;</li><li>V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;</li><li>VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;</li><li>VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.</li></ul> <p>Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.</p>
26.5.	Toda comunicação entre a Ebserh e a CONTRATADA deverá ser feita de forma eletrônica, evitando confecção e transporte de mídias e/ou papel.
26.6.	Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Ebserh.
26.7.	A CONTRATADA deverá instruir seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como sobre as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Ebserh, autorizando a participação de seus empregados em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela Ebserh.
26.8.	Ademais, serão adotadas práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e o Painel da Parte Específica do referido guia.
26.9.	Por mais, para a presente contratação, ainda, vislumbra-se que há observância dos critérios de sustentabilidade social e econômica.

- 26.10. A social se revela com a construção de uma sociedade com redução de desigualdades sociais e com igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais. No presente caso, esta contratação resguarda os direitos sociais dos usuários do SUS, portanto, a proteção ao art. 6º da Constituição Federal de 1988, em especial, do direito a saúde.
- 26.11. Ainda, em relação a critérios de sustentabilidade social, aos profissionais da CONTRATADA, quando nas dependências da Ebserh, caberá:

I - Agir de maneira ética e profissional;

II - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

III - Respeitar a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

IV - Usar racionalmente os recursos e equipamentos de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos no desempenho de suas atribuições;

V - Estar devidamente identificado com crachá e uniforme da empresa; e

VI - Observar, no que couber, o Código de Conduta Profissional do Servidor da Ebserh.
- 26.12. Por fim, quanto a sustentabilidade econômica, observa-se que esta é adotada nesta contratação, pois observa-se uma gestão eficiente dos recursos econômicos os direcionando para um desenvolvimento intersetorial equilibrado.
27. **DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 27.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo e tem os anexos abaixo como parte integrante:
- 27.2. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:
- 27.2.1. Anexo I - Lista de quantitativos por HUF(SEI nº 58298941).
- 27.2.2. Anexo II – Ordem de Serviço (SEI nº 57166881).
- 27.2.3. Anexo III - Termo de Recebimento Provisório (SEI nº 58298983).
- 27.2.4. Anexo IV - Termo de Recebimento Definitivo (SEI nº 57166888).
- 27.2.5. Anexo V -Termo de Compromisso e de Manutenção de Sigilo (SEI nº 58299333).
- 27.3. O presente documento segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, pela representante da Área Requisitante e pela autoridade responsável pela aprovação da conveniência e oportunidade.


<b>Integrante Administrativo</b> ALEJANDRA PRIETO DE OLIVEIRA Analista Administrativo - Gestão em Saúde do Serviço de Compras Centralizadas/CAD/DAI - SIAPE 235****	<b>Integrante Técnico</b> ELVIS AZEVEDO DE ARAÚJO Chefe do Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital - HU-Unifap - SIAPE 101***	<b>Integrante Técnico</b> SILVANO HERCULANO DA LUZ JÚNIOR Analista de Tecnologia da Informação da Unidade de Infraestrutura, Suporte e Segurança de Tecnologia da Informação - HC-UFPE - SIAPE 224****	<b>Integrante Técnico</b> DIEGO RODRIGUES DE CARVALHO Analista de Tecnologia da Informação do Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital - MEJC-UFRN - SIAPE 172****
---	---	--	---

Ciente


(assinado eletronicamente)  
MAROUN SIMÃO PADILHA  
Coordenador de Administração

Aprovo este Termo de Referência, conforme o art. 37, inciso I, do RLCE 2.0.


(assinado eletronicamente)  
ODETE CARMEN GIALDI  
Diretora de Administração e Infraestrutura




Documento assinado eletronicamente por **Alejandra Prieto de Oliveira, Analista Administrativo**, em 16/03/2026, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego Rodrigues de Carvalho, Analista de Tecnologia da Informação**, em 16/03/2026, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvano Herculano da Luz Junior, Analista de Tecnologia da Informação**, em 17/03/2026, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maroun Simao Padilha, Coordenador(a)**, em 17/03/2026, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **58869896** e o código CRC **6A7B01DE**.

Referência: Processo nº 23477.012283/2025-06 SEI nº 58869896

Criado por [alejandra.oliveira](#), versão 54 por [alejandra.oliveira](#) em 16/03/2026 15:19:41.